

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 071

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE JUNHO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a retirada dos nomes dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson e Edgar

Bueno da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, indico para, substituí-los, os deputados Antonio Baratter, Sérgio Spada e Luiz Carlos Zuk, membros suplentes já indicados pelas suas lideranças para a referida Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) **NELSON JUSTUS**

Presidente da Mesa Executiva

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1033

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da comissão e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada Sessão Solene, no próximo dia 23 de setembro, em homenagem ao Dia do Cigano.

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) **PASTOR EDSON PRACZYK**

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk e Péricles Mello.

REQUERIMENTO Nº 1031

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor Salvador José Bovo, aos 82 anos de idade, ocorrido em Marilena no dia 02 de junho do corrente ano.

O falecido era pai de Brasília Bovis, prefeito municipal de Marilena, a quem seja oficiado do feito aprovado por esta Casa de Leis, extensivo a todos seus familiares, para endereço na Avenida Paraná, 1070, em Marilena (CEP: 87960-000).

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) **RICARDO MAIA**

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Gazeta Mercantil, pela comemoração de seus 80 anos.

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) **ALGACI TULIO**

JUSTIFICATIVA:

A Gazeta Mercantil, completou no mês de abril, 80 anos de sua fundação. O jornal, líder em informações econômicas na América Latina, transformou-se em ponto de referência para pessoas que decidem e formam opinião. Fundado dois anos antes da célebre Semana da Arte Moderna, marco da cultura nacional do século XX, a Gazeta Mercantil protagonizou a maioria das transformações que o país viveu nas últimas oito décadas: da

industrialização após a Segunda Guerra Mundial, ao nascimento da siderurgia na era Getúlio Vargas, bem como a montagem da indústria automobilística e petroquímica nos anos 50. A revolução no perfil da indústria brasileira, a criação do Mercosul e as mudanças no quadro econômico também foram destaque nas páginas do jornal nas últimas décadas.

Circulando com uma tiragem diária de 138 mil exemplares, a Gazeta Mercantil é hoje o carro-chefe da empresa, que ainda publica outros 20 jornais regionais, uma versão do jornal em inglês, a Gazeta Mercantil Latino-Americana em português e espanhol, além do site do jornal na Internet.

Pela comemoração de seus 70 anos de fundação, recebe o Jornal Gazeta Mercantil (Rua Hungria, 574 - 14º andar - Cj. 142 - CEP: 01455-000 - Jardim Luzitano - São Paulo), através de seu diretor-presidente, doutor Luiz Fernando Levy, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1035

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação Hospitalar de Proteção à Infância doutor Raul Carneiro, alusivos às atividades realizadas no ano de 1999.

Requer ainda que do presente se dê ciência a presidente senhora Ety Gonçalves Forte, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Desembargador Motta, 1070, CEP 80250-060, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Hospital de Caridade Santa Casa de Misericórdia, pela comemoração de seus 120 anos.

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba celebrou na segunda-feira 120 anos de existência. Foi fundada em 22 de maio de 1880. Foi fundada em de maio de 1880, com a presença do Imperador D. Pedro II e dona Thereza Cristina.

Embora tenha sua origem em 1843, a Santa Casa de Curitiba foi instituída em 9 de junho de 1852 e, em 1868, foi iniciada a construção do Hospital de caridade da Irmandade. A partir de 1995, o Serviço de Cirurgia Cardiovascular mantém em pleno funcionamento o Banco de Valvas Cardíacas Humanas com Sistema de Criopreservação, que é pioneiro e único no Brasil. A con-

quista foi possibilitada pela iniciativa da Cardioprótese e apoio da Universidade de Toronto (Canadá), e da Fundação Banco do Brasil.

Várias são as especialidades de excelência da Santa Casa, sobressaindo-se a cardiologia, tanto da parte diagnóstica e hemodinâmica, quanto das cirurgias e do banco de valvas cardíacas humanas.

Ao Hospital Santa Casa de Misericórdia (Praça Rui Barbosa, 694, Curitiba), pela comemoração de seus 120 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Siate, pela comemoração de seus 10 anos.

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma (Siate) está completando 10 anos de operação em Curitiba. Em 1996, o Siate foi estendido a Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Guaruapuava e São José dos Pinhais. Atualmente, 3,5 milhões de pessoas, 34% da população paranaense, tem acesso ao serviço, considerado um marco no padrão de atendimento às pessoas em perigo de vida.

Funcionando em convênio com o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Saúde e da Segurança, e das Prefeituras, o Siate presta atendimento a vítimas de acidentes de trânsito, quedas, ferimentos por faca e arma de fogo, agressões, queimaduras, desabamentos e soterramentos até a chegada ao hospital.

Sem atendimento rápido, aumentam os riscos de morte a caminho do hospital, de seqüelas em função do acidente e demora na recuperação. Em casos de acidente de trânsito, cerca de 50% das mortes ocorrem na primeira hora após o trauma.

Com o Siate, uma ambulância leva ao local da ocorrência equipamentos apropriados e profissionais habilitados a avaliar, socorrer e remover a vítima, dando-lhe suporte à vida até a chegada ao hospital mais próximo e mais indicado especificamente para aquele caso. De cada cem pessoas atendidas por acidentes com trauma, 97 chegam vivas ao hospital.

Em 10 anos, o Siate atendeu 70 mil ocorrências em Curitiba. A média tem sido de 30 saídas por dia. Só no ano passado foram 10.100 atendimentos, envolvendo cerca de 12.000 pessoas. Somando-se Capital e interior, chega a 135 mil o número total de atendimentos. Em 1999 foram 35 mil ocorrências em todo o Estado, numa média de 100 casos por dia ou quatro por hora. Em Curitiba, a ambulância chega ao local de atendimento sete minutos depois da chamada. No Paraná, a média é de 9 minutos.

Pela passagem e comemoração de seus 10 anos, receba o Siate, através de seu diretor médico, doutor Edisson Vale Teixeira Junior (Rua Nunes Machado, 100, Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1030

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Antonio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura, solicitando medidas a serem tomadas em face ao grave problema que a estiagem tem provocado em nosso Estado, especialmente na área rural, com perdas de culturas inteiras, inviabilizando a presença do trabalhador na terra.

Para o que proponho o seguinte:

- construção imediata de poços artesianos nas áreas rurais atingidas que, em muitos casos, não dispõe de água nem sequer para consumo humano;
- priorização na liberação de programa de irrigação dentro do Paraná 12 Meses como forma de dar esperanças e impedir que levas de trabalhadores rurais aportem na periferia das cidades grandes;
- incrementação de programas sociais tipo “Cesta Básica” para que os trabalhadores e pequenos proprietários possam se alimentar até a próxima safra.

Por entender ser este um problema que assola a atividade rural de nosso estado e que necessita de medidas urgentes, é que espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 183/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a União das Associações de Ivaiporã, Unai, com sede e foro no município de Ivaiporã, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A União das Associações de Ivaiporã, Unai, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações, com objetivo de congregar as Associações de moradores de bairros de Ivaiporã, para a promoção de integração,

fortalecimento e apresentação conjunta das reivindicações junto aos Poderes Públicos e Privados, para que seja garantida a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania.

Em função do desenvolvimento de atividades de relevante teor social, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

PSDB.

(Declina)

PMDB.

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente Nelson Justus, senhores deputados.

Senhor presidente, sabemos das tratativas de Vossa Excelência junto com o Líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, no sentido de buscar uma solução para a greve dos professores que já se arrasta por dezesseis dias no Paraná. Não dá mais para ver, senhor presidente, e essa iniciativa de Vossa Excelência, apoiado por toda esta Assembléia, naturalmente merece continuar recebendo o nosso manifesto de apoio, de solidariedade e de força, para que o governo Jaime Lerner efetivamente se comprometa de encontrar uma solução pondo fim ao movimento grevista no Estado do Paraná, não só dos professores como de todos os profissionais da área de Educação do Estado do Paraná.

São dezesseis dias de greve, uma greve, senhor presidente, que na verdade não tem simpatia de nenhum dos professores do Paraná e dos funcionários, dos profissionais da área de Educação do nosso Estado. Tenho conversado diariamente com professores e com funcionários, e todos, unanimemente, se colocam contrários ao movimento grevista. Chegaram à conclusão de tomar esta decisão porque não viam e não tinham mais a quem recorrer, não tinham mais condições de continuar vivendo na situação de absoluto abandono proposto pelo governo do Paraná, pelo governo Jaime Lerner.

Os professores do nosso Estado, junto com funcionários profissionais da área de educação, pessoas que trabalham na área administrativa, zeladores, enfim, todas as pessoas que trabalham na Educação do nosso Estado, tomaram essa decisão, em função de não ter mais condições de sobreviver da maneira como estão sendo tratados pelo governo do Paraná.

Em janeiro de 1995, quando o governador Jaime Lerner foi eleito, tomou posse como governador, e a bem da verdade, eleito governador pelo apoio maciço dos professores do Estado do Paraná, que transformaram as escolas e as famílias em cabos eleitorais do governador Jaime Lerner. Me lembro candidato a deputado estadual

na chapa do senador Álvaro Dias, a dificuldade que tínhamos de fazer campanha eleitoral, em função da força dos professores do Paraná à campanha vitoriosa do então candidato Jaime Lerner.

Em janeiro de 95, o governador Jaime Lerner concedeu um aumento de 25% aos servidores, aos funcionários da Educação do Paraná. Em agosto de 95, deu mais de 10%. E só. Hoje, a defasagem está em 42,23%. Defasagem salarial. Não é aumento salarial. O que se pretende é apenas a recuperação do poder aquisitivo do salário, que os profissionais na área de Educação, como de resto, todos os servidores do Estado do Paraná.

Por isso nós, deputados estaduais, não podemos assistir calados uma greve de repercussão terrível à nossa sociedade, à educação, aos jovens, aos pais, ao Paraná. Desta forma, senhor presidente, acho que a sua iniciativa, do deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo e de todos os deputados desta Casa, merecem o nosso aplauso, e de buscar e encontrar uma solução, de chamar o governador Jaime Lerner à mesa de negociação, para efetivamente estabelecer aquilo que seja possível de viabilizar, para atender a justa reivindicação do magistério do Estado do Paraná. Esta é a nossa posição.,

Não estamos aqui para jogar gasolina na fogueira. Não estamos preocupados com a repercussão política que esse movimento poderá trazer. Estamos querendo é a solução do problema. Queremos que a greve pare, que termine a greve, mas que os professores não voltem de cabeça baixa para casa, não sejam obrigados a retornar para as salas de aula humilhados, mas que possam voltar com o respeito, com a qualidade nas condições de trabalho.

É esse o nosso encaminhamento.

Concedo um aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Nereu, Vossa Excelência ocupa a tribuna e demonstra com toda a clareza a postura que vem adotando a Bancada de Oposição e a nossa Bancada do PMDB, em relação a essa greve. É uma postura de solidariedade às reivindicações dos professores e uma postura de busca de solução, para o impasse existente entre os professores e o governo do Estado.

Não foi uma e nem duas vezes que os deputados da Oposição procuraram a Presidência da Casa, a Liderança do governo, seja apenas os deputados estaduais ou em conjunto com o professor Romeu, presidente da APP-Sindicato, no sentido de que todos nós, deputados da Oposição e os deputados do Governo, nesta Casa, possamos contribuir para a solução do problema.

O nosso discurso nesta Casa, como bem diz Vossa Excelência, não busca botar gasolina na fogueira, ao contrário, apagar essa grande fogueira que se implantou no governo do Estado do Paraná, que é a greve justa e por nós apoiada dos professores do Estado.

Hoje de manhã, na companhia dos deputados José Maria Ferreira, Ademir Bier, Hermas Fonseca, Irineu

Colombo, estivemos na casa do jornalista, para lá, pessoalmente, levar a solidariedade dos parlamentares desta Casa aos professores e funcionários da Educação, que se encontra no oitavo dia de greve de fome, tentando, com esses gesto extremo, sensibilizar a secretária da Educação, a secretária da Administração, o secretário da Fazenda e, principalmente, o governador do Estado.

As reivindicações por eles colocadas no início da greve, todas justas, foram de certa forma enxugadas a uma pauta mínima de negociação. E nem essa pauta mínima, nem essa exigência mínima e nem esse pedido mínimo dos professores tem alcançado no governo o eco ou a sensibilidade que precisava alcançar.

Nós, nesta Casa, como deputados estaduais, temos no decorrer desse governo Jaime Lerner mostrado as coisas que entendemos erradas do governo em relação à Educação, que vem acontecendo. A questão de Faxinal do Céu, hoje conduzido segundo informações, até hoje não tivemos resposta, por uma empresa de São Paulo. O concurso para o Paraná Educação, onde se contratou a Universidade de Brasília para fazer o teste seletivo.

A contratação do Conselho Britânico, se não me falha a memória, para treinar os nossos professores no idioma britânico, quando nós, com certeza, temos aqui no Paraná, pessoas competentíssimas para dirigir os destinos de Faxinal do Céu, não precisava buscar um grupo paulista, quando aqui no Paraná, já demonstramos isso, no decorrer da história do nosso Estado, competência para realizar não só teste seletivo mas concursos públicos, e foi se buscar uma empresa de Brasília. Quando nós, aqui no Paraná, temos as nossas universidades estaduais, a nossa universidade federal, as universidades e faculdades particulares, que têm todas as condições técnicas e científicas para treinar professores, no idioma britânico, foram buscar um grupo, lá na Inglaterra.

Quer dizer, estas coisas é que nós continuamos a não entender. Tudo isso ofende, machuca, desmoraliza o segmento educacional do Paraná, seja o segmento dos quadros próprios do governo do Estado ou das universidades, faculdades particulares ou a universidade federal.

São estas coisas que não cabem em nossa cabeça, não cabe no sentimento dos professores que fazem agora as suas reivindicações, justas, mínimas, diante da necessidade, e nem isso é atendido pelo governo.

Então, fazemos mais uma vez, um apelo ao presidente Nelson Justus, como líder maior aqui no Parlamento, de todos nós, para que realmente, deputado Nelson Justus, façamos tudo aquilo que for possível, em termos de esforço pessoal e coletivo.

Para que o deputado Valdir Rossoni, não só representando a bancada da Situação, mas representando todos os demais líderes, possa ser ele e Vossa Excelência os condutores desse processo de negociação com o governo para que possamos botar um fim ainda hoje, nesse movimento grevista, atendendo a esta pauta mínima, tão

pequena de reivindicações, que faz o movimento grevista, que fazem os professores e funcionários do Paraná.

Pela avaliação que fizemos, ainda ontem, com o professor Romeu de Miranda, que nos visita hoje, são mínimas as reivindicações. O governo poderia ceder em alguma coisa e chegar à conclusão de atender esta reivindicação parализando a greve, retomando-se as aulas, para o bem de todos nós, paranaenses e para o bem da Educação, no Paraná.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço, deputado Pessuti, a colaboração de Vossa Excelência ao nosso pronunciamento que, exatamente, tem esta preocupação, de buscar uma solução para a greve dos professores e profissionais da Educação, no Estado do Paraná.

Poderíamos nós aqui estar trabalhando na contramão, porque vivemos num período eleitoral e politicamente poderia ser interessante, para nós da Oposição, porque, quanto pior, melhor. Que os professores continuem na greve, irritados, revoltados, porque não tem encontrado eco ao seu grito. Mas não, nós não queremos, queremos que, efetivamente, a Educação do nosso Estado seja tratada com prioridade. Que o governo Jaime Lerner abra a janela do terceiro andar do Palácio Iguaçu e olhe na Praça Nossa Senhora da Salette e veja estas pessoas sofridas, carentes, carentes até de um afago, carentes de um olhar amigo, de uma mão amiga do governador, que eles elegeram em 94 e que ajudaram a eleger em 98. É essa expectativa dos profissionais da Educação que querem que o governador atenda os seus desejos, os seus reclamos.

Quero dizer a Vossa Excelência, deputado Nelson Justus, que tem o peso de ser o presidente desta Casa, de ser o presidente do Poder Legislativo do Paraná, coloque esse peso, essa força para sensibilizar o governador Jaime Lerner e possamos acabar com a greve, restabelecer as aulas, restabelecer a normalidade das atividades educacionais do Estado do Paraná. E que, num lampejo de felicidade, essa secretária de Educação, que tanto des-serviço tem prestado ao povo do Paraná, possa se redimir das suas culpas, possa corrigir os erros buscando acertar a caminhada, ajudando a melhorar a qualidade de ensino no Estado do Paraná e que todos possamos comemorar estes avanços.

É importante a presença do deputado Valdir Rossoni, que é a voz do governador Jaime Lerner aqui nesta Casa, que unam esses esforços para darmos uma resposta ao povo do Paraná. que esperam que a Assembléia Legislativa cumpra com o seu dever e o seu papel buscando soluções, abrindo caminhos para que a felicidade possa pairar no território deste querido Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto as lideranças do PPB, PSL, PT, PDT, PST, PSB, PTB, PFL, Liderança do Governo.

(Declinam)

No Horário da Liderança de Oposição, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Estivemos hoje na Casa do Jornalista para prestar a solidariedade aos professores que estão em greve de fome. É um momento muito constrangedor para todos nós desta Casa, mas têm os professores o nosso respeito, o nosso apoio.

Inclusive o professor Romeu havia me dito que fugiu do seu controle. Pude constatar isso com uma conversa que tive com uma funcionária chamada Fátima, de Guaraniaçu. Ela é uma zeladora que limpa a escola, sem produtos de limpeza, por dificuldades de repasse por parte do governo. E ela ganha 143 reais líquido, constado numa folha de pagamento que me mostrou. Estamos procurando da melhor forma possível abrir um canal de negociação com o governo, para que no mínimo, o governo receba a APP- Sindicato.

Estamos fazendo várias conversas informais, estamos evoluindo a passos largos no sentido de termos mais conversas. Acho que o governo do Estado poderia sinalizar, o governador Jaime Lerner assumir a conversa e pedir que fosse desmobilizada a greve de fome, para não termos mais constrangimentos, pessoas passando mal e nós, enquanto deputados da Oposição, estamos sendo cobrados também porque não agilizamos esse procedimento e porque não vamos em frente nas negociações, enfim, que forcemos o governo. Não sabem que temos que ter uma relação formal dentro da absoluta legalidade e da cortesia que é peculiar a todos nós, deputados, para que a negociação aconteça.

Queremos avançar nesse sentido, fomos manifestar a nossa solidariedade e tivemos várias conversas durante o dia de ontem e no dia de hoje com o deputado presidente da Assembléia que, competentemente entrou na questão, tentando estabelecer conversas no sentido de achar uma solução e também o líder do governo, deputado Valdir Rossoni, para que tenhamos uma solução. Agora, deputado Rossoni, acho que poderíamos avançar no sentido de que o governo converse com a APP - Sindicato e poderia pedir, em troca, a saída da greve de fome, para se estabelecer a conversa, com o governo assumindo essa causa e uma causa humanitária nesse momento.

O deputado Valdir Rossoni solicitou um aparte. Concedo o aparte.

O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e é importante que seja dita a posição clara do governo.

Volta-se à normalidade, voltam os professores para as salas de aula, estabelece-se um cronograma para prosseguir nas negociações. O governo colocou uma proposta dentro das possibilidades financeiras do Estado e nós não

temos hoje, condições para estabelecer qualquer cronograma de ajuste ou de aumento salarial.

Esta é uma posição clara do governo, desde o primeiro dia em que abriram negociações. As negociações continuarão. Poderão ser restabelecidas, mas é claro, é evidente e é importante que se ressalte que neste momento, fora a proposta que o governo colocou para os senhores professores da questão vale-transporte, da hora-atividade, dos avanços (são todos direitos dos professores). Não queremos de forma nenhuma, colocar como avanços. São direitos dos professores. Essa é uma posição firmada do governo em cima de uma realidade econômica. Para mim seria mais fácil fazer um voto de solidariedade a todos os professores do Paraná, faltar com a verdade e me tornar simpático. Tenho tratado essa questão, nunca me furtei de ter conversado com o Romeu, com a APP-Sindicato, com os deputados de Oposição. Tenho levado tudo o que temos conversado ao governador, à secretária de Educação, à Secretaria da Fazenda. Ontem mesmo, estivemos, das seis às oito horas, quando Vossa Excelência me encontrou na entrada da Assembléia, quando voltava do Palácio e estávamos lá, procurando uma solução.

Chegamos ao final da reunião com o mesmo problema. Não temos como estabelecer qualquer reposição salarial neste momento e nem estabelecer uma data, porque não há nenhuma possibilidade, pois a situação financeira obriga o governo a tomar esta atitude.

A posição do governo, de ontem à noite, novamente foi dizer o que já tinha dito. Não queremos alimentar uma esperança, onde nem vemos possibilidade de acenarmos com uma esperança de reposição salarial. O que o governo tinha a oferecer é o que está na proposta do governo: é o vale-transporte, a possibilidade da hora/atividade para ser implantada a partir de fevereiro, que há uma determinação dentro do governo de se fazer um esforço de reajuste interno para se implantar a hora/atividade e os avanços que também são direito dos professores a partir do mês de julho, como está na proposta. Quero dizer a Vossa Excelência, como líder da Oposição, de que ao voltarem os professores às salas de aula com esta proposta, que o governo já colocou e assume-a por inteiro, voltaremos a estabelecer um cronograma de negociações, onde a APP - Sindicato, representantes da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Administração e da Secretaria da Educação vão continuar a ver os avanços da receita do Estado para ver o momento oportuno onde possamos avançar.

Porque, deputado Irineu Colombo, o Paraná não é uma ilha isolada no meio desse País. Ora, o nosso salário já não é o salário que desejamos aos professores do Paraná, mas estamos à frente do Rio Grande do Sul, estamos à frente do Estado de Santa Catarina. E o Estado de Santa Catarina quando assumiu o senador Esperidião Amin como governador, ele foi esperto, o governador anterior, do PMDB, diga-se de passagem, deixou o salário dos professores 4 meses atrasado e entregou o

governo ao Esperidião Amin, que o “esqueceu” dos 4 meses de salário e passou a pagar do dia que assumiu o governo, daí para frente.

Se tivéssemos isso como parâmetro, tenho certeza que as negociações seriam mais fáceis. Outra questão importante a se ressaltar: 12 Estados brasileiros hoje não pagam os salários em dia. Então, nós estamos passando, sim, por dificuldades. Nós, sim, estamos vivendo um momento econômico por questões de política econômica nacional, dificuldade financeiras. Agora, adiantaria, deputado Irineu Colombo, governo vir aqui e fazer uma promessa, ou um compromisso para um determinado mês e depois não ser cumprido? Acho que seria irresponsabilidade.

Ontem mesmo, na mesa de negociações, ficou evidente esta posição do Governo: “não queremos assumir um compromisso que porventura não possa ser honrado. Acho que acima de tudo, é isso. Então quero isso claro, para que não levem isso aos professores do Paraná, que existe alguma possibilidade de reposição salarial neste momento. Não existe! Não é por vontade do Governo, é por questões econômicas e por determinação da lei que foi aprovada e sancionada pelo presidente da República, onde obriga aos Estados a se adequarem aos 60% em folha de pagamento. Então é uma questão clara, evidente. E eu disse à APP - Sindicato que eles estariam entrando numa greve que dificilmente encontraria uma saída honrosa. Por quê? Porque ficou clara sempre a posição do governo, que em momento algum se furtou a mostrar a realidade. Nós estamos abertos à negociação como deputado, estamos aí para fazer as intermediações, mas queremos, antes de tudo, dizer que, este cronograma para estabelecermos uma negociação e um ajuste e estabelecermos a hora/atividade em prática, nós precisamos voltar à normalidade, em todas as escolas paranaenses.

Espero que Vossa Excelência, apesar de ser deputado de Oposição, compreenda que estamos trabalhando com a realidade e com a verdade.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Valdir Rossoni, acho que o governo do Estado teria condições de pensar, aproveitar o momento da conjuntura política de greve, e cortar algumas gordurinhas, uma gratificação, tirar o pessoal de Faxinal do Céu, o Imabe, e propor 0,5% de aumento.

O Sr. Valdir Rossoni

Tudo isso, deputado, desculpe cortá-lo, quando coloco de que, voltado à normalidade estabelecermos um cronograma de negociações, está implícito isso aí que a própria APP pode colaborar com o governo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Acho que é um momento importante, a greve é uma greve que está bem consolidada no Estado do Paraná, dificilmente os professores voltarão da greve sem uma conquista efetiva neste momento, e sem uma per-

spectiva a médio prazo de mais conquistas, seja hora/atividade, eleição de diretor, concurso público e propriamente reposição salarial. Mas há essa intenção nossa de conduzir por este caminho. A classe quer um retorno efetivo do governo do Estado. Espero que ele tenha a sensibilidade de propor isso com tranquilidade.

Por fim, senhor presidente, deputado Hermas Brandão, queria usar apenas alguns segundos, mas como hoje estou sendo um deputado bastante simpático ao debate, pedimos inclusive a contribuição ao deputado, mas acima de tudo, para dar um testemunho aqui.

Dois deputados têm sido extremamente corteses e dedicados a achar uma solução: é o deputado presidente da Assembléia, Nelson Justus, deputado Valdir Rossoni, que nós tivemos a todo momento essa discussão, testemunhados por nós, deputados de Oposição, que “paripassu”, estão nos apoiando, solidário, e nós achamos que efetivamente o governo tem condições de dar aumento linear a todas as propostas e garantias, já que a lei permite aos professores.

Muito obrigado, deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Nelson Justus, na qualidade de presidente desta Casa de Leis, constante do expediente, indicando o nome dos senhores deputados Antonio Baratter, Sérgio Spada e Luiz Carlos Zuk, membros suplentes já indicados pelas suas lideranças para a referida Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, em substituição aos senhores deputados da Oposição. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 179/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Usuários de Serviços Públicos Delegados.

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Gostaria de ter tido entendimento antes com o deputado Cesar Seleme, não sei se inclusive se encontra no

Plenário, que ele na Redação, e agora que estou vendo, ele acrescentou o art. 7º: “O Poder Executivo regulamentará o presente projeto de lei dentro de 90 dias, e salvo melhor juízo”, a Comissão de Redação não tem condições de fazer alteração no texto do projeto, e sim de fazer a sua adequação às necessidades. O projeto é auto regulamentável, e não vejo a não ser pelo prazo que ele já estabelece de 60 dias para que o Executivo constitua o Conselho, estou vendo agora o artigo 7º, requeiro a Mesa portanto...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado, foi uma emenda da CCJ, esta emenda foi votada em 3ª Discussão no dia 01/06.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não vi todo o processo e entendi que ela fosse da Comissão de Redação. Se for da CCJ é regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. Senhores deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de Educação de Trânsito no curriculum das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E CONTRÁRIO DA C.E.C.E..**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 240/99

A presente emenda altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 240/99, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a incluir a disciplina Educação no Trânsito, no currículo das Escolas Públicas de Ensino Fundamental, neste Estado.”

Sala das Sessões, em 06.06.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoio:

Ademar Traiano, Carlos Simões, Valdir Rossoni, uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente emenda ante o seu objetivo de adequar a proposta legislativa à Lei nº 9.394/96, que disciplina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que tange ao conteúdo mínimo dos currículos de modo a assegurar sua função básica comum.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o Poder Executivo a criar casas de apoio para ex-presidiários. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 572/99

P A R E C E R :

Trata-se de emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 572/99, a qual suprime o art. 2º e exclui a expressão “revogadas as disposições em contrário” do artigo 3º, renumerando-o como artigo 2º.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a emenda supressiva, nosso Parecer é Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Beto Richa, Antonio Carlos Belinati, Durval Amaral, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse, fica denominado de José Benício de Souza a PR-561, que liga o município de Nova Aliança do Ivaí ao município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 647/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei recebeu emenda de Plenário de autoria do nobre deputado Kielse Crisóstomo, autor da proposição.

Analisando a presente propositura, esta Comissão verificou estar apta para apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

EDSON PRACZYK - Relator

Apoiamento:

Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Waldyr Pugliesi, Durval Amaral, Beto Richa, Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Antonio Carlos Belinati.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual vereador Luiz Maltaca - Ensino de 1º Grau, com sede e foro na cidade de Itaperuçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59, de 01.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 295/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual Vereador Luiz Maltaca - Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro na cidade de Itaperuçu.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que regulamenta a atividade de rodeio como esporte no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 010, de 01.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 051/2000

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 051/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que regulamenta a atividade de Rodeio como esporte no Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 51/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Cleiton Kielse, o presente projeto de lei visa regulamentar a atividade de rodeio como esporte no Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, entende a necessidade da regulamentação da matéria.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

TIAGO AMORIM NOVAES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Creche do Trabalhador, Astro, com sede no município de Pontal do Paraná e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 027, de 03.04.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 096/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Creche do Trabalhador, Astro, com sede no município de Pontal do Paraná e foro nesta Capital.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2000, de autoria do deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Provopar de Cafelândia, denominado de Provocaf, com sede na cidade de Cafelândia, e foro na Comarca de Corbélia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 059, de 24.05.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 164/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar de Cafelândia denominado de Provocaf, com sede na cidade de Cafelândia, e foro na comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 164/2000

O artigo 1º do presente projeto passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado de Cafelândia, Provocaf, com sede no município de Cafelândia e foro no município de Corbélia.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1030 de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1031 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1032, 1036, 1037, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1033 de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, com apoio dos senhores deputados Waldyr Pugliesi, Péricles Mello e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1035 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência, como 1º Secretário, já que o presidente Nelson Justus não se encontra, substituísse nosso nome pelo do deputado Moisés Leônidas nesta indicação feita à esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Comunicaremos ao presidente Nelson Justus.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 018/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos projetos de Lei nºs 572 e 647/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169, 295, 641/99, 051, 096 e 164/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 626/99 e 160/2000.

Levanta-se a sessão.